

RCD no HABEAS CORPUS Nº 540.022 - SP (2019/0310982-5)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
REQUERENTE : GABRIEL AFONSO LARA CAMARGO (PRESO)
ADVOGADO : ROBERTO FERNANDO BICUDO - SP121467
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração interposto por **Gabriel Afonso Lara Camargo**, de decisão de minha lavra, na qual indeferi o pedido liminar no *writ* (fls. 109/110).

Alega o requerente, em síntese, que *se trata de crime de tentativa de homicídio (lesão leve), réu primário, com ocupação lícita e residência fixa, prisão sem fundamentação idônea* (fl. 123).

Sustenta ademais que *a situação caótica em que se encontra o MUNDO com a PANDEMIA do coronavírus – covid 19 – onde esse caos esta com sério risco de agravar se chegar nas penitenciárias, e chegará em breve, tanto que o CNJ – conselho nacional da magistratura e até o STF – supremo Tribunal Federal já orientaram no sentido de relaxar prisões e ou substituir por outras medidas* (fl. 123).

Requer, por fim, a reconsideração do pedido liminar para que seja colocado em prisão domiciliar.

É o relatório.

O pedido de prisão domiciliar em decorrência da pandemia do coronavírus deve ser analisado pelo Juízo de primeiro grau, sendo vedada a pretendida supressão de instância.

É cediço, ainda, que os fundamentos da prisão cautelar podem ser reexaminados pelo Magistrado singular, que deve, nos termos do art. 316 do Código de Processo Penal, acrescentado pela Lei n. 13.964/2019, denominada "Pacote Anticrime", atentar-se para a necessidade de verificar a persistência dos fundamentos que ensejaram a decretação da prisão preventiva, podendo, em caso de insubsistência dos argumentos,

Superior Tribunal de Justiça

revogá-la.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de reconsideração.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator